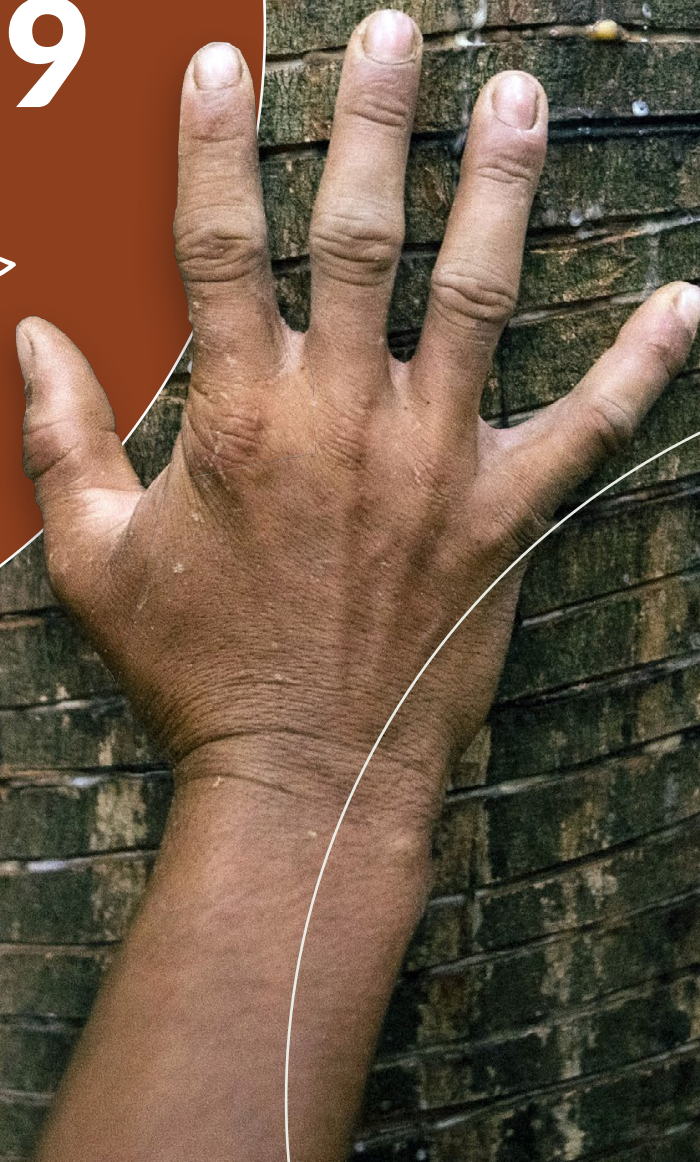




OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO Nº 61 >>>



www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

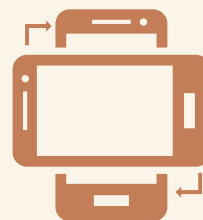
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Cadeia da borracha impulsiona geração de renda na área de influência da BR-319

10 Interior em Foco

- Sociedade civil e lideranças comunitárias debatem, com poder público, necessidade de regularização fundiária no Amazonas

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

17 Diálogos da BR-319

- MPF pede à Justiça suspensão da emissão e análise de licenças para obras na BR-319 por falta de consulta a indígenas e comunidades tradicionais

19 Ciência

- Descobertas em Humaitá revelam riqueza ecológica ligada à domesticação de plantas na Amazônia

21 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Minhas caras e meus caros leitores, chegamos ao último Informativo Observatório BR-319 de 2024, ano em que ocorreram muitas mudanças tanto na própria rede quanto no Interflúvio Madeira-Purus, logo, teríamos muito a dizer. No entanto, preferimos exaltar um dos grandes heróis nacionais brasileiros, já que em dezembro é celebrado seu nascimento, mas também lembrado o seu assassinato.

Chico Mendes um exemplo da luta social e ambiental, é de certa forma homenageado por essa edição na **seção Destaque do Mês**, na qual é apresentado como a cadeia da borracha vem sendo reorganizada e se refortalecendo em municípios como Canutama, Manicoré e Lábrea, através de ações que envolvem CNS, WWF- Brasil e associações extrativistas locais.

Enquanto na **seção Interior em Foco**, Chico Mendes também se faz presente, uma vez que apresentamos a luta de comunidades e populações para terem áreas públicas estaduais regularizadas enquanto Território de Uso Comum, ou seja, coletivo, como propugnado por nosso herói e seus companheiros. Isso se deu no 1º Encontro de TUC's do Amazonas, em que CNS, IEB, CTP, Conaq-AM e outras organizações se fizeram presentes na discussão.

Já na seção **Diálogos da BR-319** retomamos a nossa lupa para acompanhar os processos que estão ocorrendo em relação às licenças para a reconstrução da rodovia. No caso, o MPF ingressou com uma, justa e nova, Ação Civil Pública com o intuito de exigir dos órgãos responsáveis o respeito à necessidade de consultas livres, prévias e informadas das populações tradicionais e indígenas que vivem na área de influência da BR-319. É mister lembrar que essa é uma demanda dos movimentos sociais de longo prazo, sendo que Coiab, Apiam e CNS são organizações diretamente envolvidas na peça.

Há muito sabemos das riquezas presentes no Interflúvio Madeira-Purus, no entanto na seção **Ciência** continuaremos a desbravar um pouco mais toda a opulência da região. Descobertas recentes feitas por pesquisadores do Inpa demonstram como a relação entre as populações locais ancestrais e as plantas frutíferas moldaram e enriqueceram a ecologia local.

Não deixe de ver os dados atualizados da **seção de monitoramento de focos de calor e desmatamento**, assim como as curtinhas do Minuto BR.

Com as energias e inspirações de Chico Mendes, me despeço desejando um bom fim ano a todos e que 2025 seja de boas lutas e grandes conquistas.

Marcelo da Silveira Rodrigues

Secretário Executivo do Observatório BR-319



NESTA EDIÇÃO

Destaque do Mês





Cadeia da borracha impulsiona geração de renda na área de influência da BR-319

As seringueiras da Amazônia voltaram a mobilizar a sociobioeconomia, garantindo renda e mudando a realidade de centenas de famílias que atuam na cadeia produtiva da borracha nativa no Amazonas, principalmente na área de influência da BR-319.

Os municípios de Canutama, Manicoré e Lábrea, situados na BR-319, geraram mais de 131,5 toneladas de látex em 2023. A previsão é a safra de 2024 ultrapassar 150 toneladas nesses três municípios.

O presidente da Associação dos Produtores Agroextrativistas de Canutama (Aspac), a 640 quilômetros (km) de Manaus, Leandro Nascimento, comenta como a produção vem proporcionando grandes benefícios para mais de 100 famílias de seringueiros da cidade.



Foto: Christian Braga / WWF-Brasil

“Com a retomada da cadeia da borracha, começamos com sete famílias em 2021, que geraram 2.102 quilos (kg). Em 2022, chegamos a 47 famílias com 19.624kg e, no ano passado, atingimos 69 famílias e mais de 29,2 toneladas de borracha. Neste ano, temos 101 famílias associadas atuando diretamente com a

produção da borracha e a previsão é atingir mais de 40 toneladas. Esse projeto está mudando a nossa realidade e a vida de muitas pessoas. A família toda ajuda, com seringueiros e seringueiras, além de seus filhos retirando o látex. Tem família que vai apresentar uma tonelada de borracha na produção de 2024 e isso gera um bom dinheiro para eles realizarem seus sonhos”, comenta Leandro.

Já em Manicoré, a 347km da capital do Amazonas, a borracha se tornou a principal fonte de renda de muitas famílias, que antes atuavam no garimpo e outras práticas ilegais. No município, diversas organizações comunitárias atuam na cadeia da borracha, como a Associação dos produtores Agroextrativistas do Igarapezinho (APAIGA), Associação dos Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã-Grande (AMALCG), Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade de Bom Suspiro (APACOBS) e Associação de Moradores Agroextrativistas Nossa Senhora de Nazaré da Barreira do Matupiri (APRAMAD), além da Associação de Moradores Agroextrativistas do Rio Atininga (ATININGA).

No ano passado, a AMALCG produziu 21.350kg; a APAIGA fez 15.200 kg; as famílias seringueiras da APACOBS arrecadaram 5.871kg; a APRAMAD fez 4 mil kg; e a ATININGA 3.090kg.

Duas organizações que fazem parte do Observatório BR-319, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o WWF-Brasil atuam no projeto “Juntos pelo Extrativismo da Borracha da Amazônia”, que vem impulsionando a retomada da produção com uma grande mobilização entre empresas, organizações da



sociedade civil e poder público. A iniciativa também é um caminho positivo para aumentar a proteção das florestas e das pessoas que vivem nelas, além de ajudar a diminuir os impactos das mudanças climáticas.

Natasha Mendes, analista de conservação do WWF-Brasil, afirma que “a revitalização da cadeia produtiva da borracha nessa região é uma forma de resistência frente às mudanças climáticas, altos índices de desmatamento e expansão da fronteira agrária nesta região. É uma alternativa sustentável e viável de gerar renda através da floresta em pé, além de trazer dignidade às populações desta região”.

“O arranjo produtivo da borracha nativa da Amazônia significa um grande avanço. O CNS é uma organização que luta pelos direitos dos seringueiros há 40 anos e as associações fazem um trabalho fundamental para a garantia da floresta e da vida dos povos da floresta. O trabalho na cadeia da borracha tem tirado, inclusive, pessoas do garimpo ilegal, que hoje ganham dinheiro sem causar danos ambientais e esse é um dos motivos pelos quais lutamos pela continuidade, e expansão do projeto, que dá dignidade aos extrativistas”, comenta a secretária de Direitos Humanos do CNS, Silvia Elena Batista.

MAIS SOBRE O PROJETO

O projeto “Juntos pelo Extrativismo da Borracha da Amazônia” já beneficiou 4.170 famílias e contribuiu diretamente para a con-

servação de mais de 60 mil hectares de floresta na Amazônia a partir do manejo para a produção da borracha, somente em 2022.

Outro resultado positivo direto do arranjo da borracha é o alcance das ações em Unidades de Conservação que somam mais de 1,3 milhão de hectares em áreas pressionadas pelo desmatamento e outras atividades ilegais; entre as UCs estão: Reserva Extrativista (Resex) do Lago do Capanã Grande; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Madeira, ambas em Ma-

nicoré; Resex Canutama e Floresta Estadual de Canutama; além da Resex Médio Purus, em Pauini. Outros municípios amazonenses que também compõem o arranjo da borracha são: Eirunepé, Barcelos e Itacoatiara.

Só no primeiro ano de extração de látex com o apoio do projeto, em 2022, mais de 60 toneladas de borracha nativa foram produzidas e vendidas para a Michelin no Brasil, gerando R\$ 900 mil de renda para as famílias participantes.



Foto: Christian Braga / WWF-Brasil



MUNICÍPIO DE LÁBREA

Em Lábrea (a 852km de Manaus), a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade José Gonçalves (APAC.J.G), que possui 20 anos de atuação, é outro exemplo de como a retomada da cadeia produtiva da borracha nativa da Amazônia vem proporcionando grandes benefícios para os seringueiros. Em 2023, cerca de 223 famílias produziram 52,8 toneladas.

Atualmente, a produção parte de Lábrea, segue pela BR-319 até Porto Velho (RO) e, depois, para o município de Sena Madureira, no Acre, onde a borracha é processada. A produção deste

município faz parte de outro arranjo, que vende a borracha para o Acre.

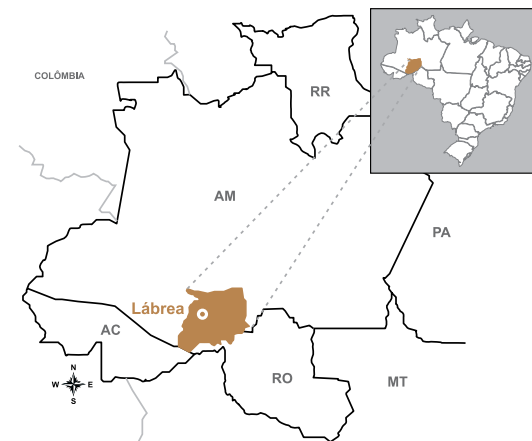
“Ainda enfrentamos muitas dificuldades como a falta do kit sangria, que é a tigela, balde e faca, porque não tem no mercado e ainda tem um valor alto. Falta de políticas públicas para fortalecer ainda mais a cadeia produtiva da borracha. Essa produção, além de ajudar na geração de renda, também tem um papel social muito importante, porque tirou muitos jovens que estavam fazendo coisas ilícitas e hoje ajudam os pais na retirada do látex. Além disso,

a associação não tem sede própria. Mas nada impede de lutarmos para crescer cada vez mais e os números estão apontando isso”, comenta o presidente da APAC.J.G, Antônio David Brito.

Segundo ele, a associação começou com 25 famílias em 2019 e apenas cinco toneladas, e foram crescendo, ano a ano. A meta deles é atingir 60 toneladas na safra de 2024. “Isso é muito bom, porque é uma forma de valorizar o nosso trabalho. Nós somos grandes protetores das florestas e todo esse trabalho precisa ser cada vez mais recompensado”, complementa.



Foto: Christian Braga / WWF-Brasil



Texto produzido pela jornalista Emanuelle Araújo, da agência Up Comunicação Inteligente.



Semana Chico Mendes 2024: celebrando o legado de luta e resistência dos seringueiros no Acre

A Semana Chico Mendes 2024 celebra a trajetória de um dos maiores líderes socioambientais do Brasil, que tem profunda relação entre o ciclo da borracha, o movimento sindical e a resistência dos seringueiros no Acre. O evento homenageia não apenas a memória de Francisco Alves Mendes Filho, conhecido mundialmente como Chico Mendes, mas, também, a organização coletiva que ele inspirou e que segue viva na luta por justiça ambiental e social.

O ciclo da borracha, que marcou a economia da Amazônia no final do século XIX e início do XX, manteve seringueiros da região sob o domínio e exploração dos “coronéis da borracha”. Com o de-



Foto: Brenda Spínosa / Comitê Chico Mendes

Caminhada realizada ao túmulo do líder seringueiro, Chico Mendes.



Foto: José Aguilera / Acervo Iphan

Casa de Chico Mendes, em Xapuri.

clínio da atividade, muitos seringueiros permaneceram presos a um sistema de dívida, enquanto a expansão de grandes empreendimentos na Amazônia ameaçava seus modos de vida.

Foi nesse contexto que, entre 1970 e 1980, surgiu o movimento sindical dos seringueiros no Acre, liderado por Chico Mendes, que culminou na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e, posteriormente, a criação da Aliança dos Povos da Floresta, que se tornaram espaços de resistência. Por meio de estratégias como os “empates” – manifestações pacíficas contra o desmatamento – os seringueiros passaram a defender tanto seus territórios quanto a preservação da floresta.

A luta de Chico Mendes não apenas garantiu direitos trabalhistas, mas também deu origem às Reservas Extrativistas (Resex), modelo de Unidade de Conservação que une desenvolvimento sustentável e justiça social, protegendo tanto o meio ambiente quanto as comunidades tradicionais.

Todo ano, o Comitê Chico Mendes realiza a “Semana Chico Mendes”, que em 2024 tem como tema “Chico 80 Anos: A Luta Continua”. O evento, além de celebrar o legado de Chico, promove debates, atividades culturais e reflexões sobre o papel das populações tradicionais na conservação da Amazônia. Saiba mais sobre a programação [aqui](#).

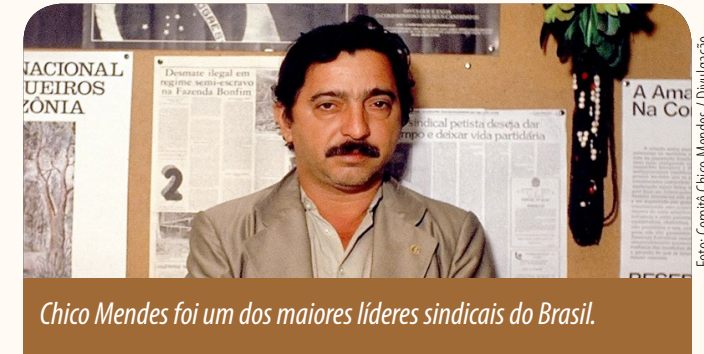


Foto: Comitê Chico Mendes / Divulgação

Chico Mendes foi um dos maiores líderes sindicais do Brasil.

SOBRE CHICO MENDES

Chico Mendes, nasceu em 15 de dezembro de 1944, no seringal Porto Rico, no Acre. Filho de seringueiros, sua luta teve reconhecimento internacional, recebendo prêmios, como o “Prêmio global 500”, de Organização das Nações Unidas (ONU), e o apoio de instituições como o WWF. Ele manteve sua atuação em defesa da floresta e da justiça social até ser brutalmente assassinado em 22 de dezembro de 1988, em sua casa, em Xapuri. Saiba mais clicando [aqui](#).

Texto produzido com informações do comunicador Victor Manoel, do Comitê Chico Mendes.



Interior em Foco



Sociedade civil e lideranças comunitárias debatem, com poder público, necessidade de regularização fundiária no Amazonas

Com o intuito de discutir soluções para o cenário da regularização fundiária no Amazonas, foi realizado o 1º Encontro dos Territórios de Uso Comum (TUCs) do Amazonas, nos dias 2 e 3 de dezembro, em Manaus.

O evento reuniu lideranças comunitárias, representantes do poder público e da sociedade civil para abordar a Lei nº 5.536/2021, que estabelece o contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) para populações tradicionais em terras públicas e garante direitos e deveres para ambas as partes, além de possibilitar que as populações protejam seus territórios.

Atualmente, o Amazonas possui apenas um TUC registrado, o do Rio Manicoré, que foi conquistado após mais de 10 anos de luta pela Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (Caarim). Outros seis territórios também reivindicam a condição.

A assessora jurídica do programa Ordenamento e Governança Territorial na Amazônia (Ordam) do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Chantelle Teixeira destacou que os TUCs ga-



Foto: Thiago Araújo / IEB

ranterem gestão compartilhada e autônoma para suas lideranças, na mesma medida em que se apresentam como uma “camada de proteção territorial”, e uma categoria “fundiária transitória e provisória” para um patamar mais formal. No momento, outros seis territórios requerem o CDRU, mas Teixeira frisa que o poder público ainda carece de uma política estruturada para regularização fundiária e uma

comunicação homogênea, tendo em vista que a TUC Rio Manicoré não chega a ser reconhecida por todos os órgãos da administração.

Durante o encontro, foi apresentada a Carta do 1º Encontro dos Territórios de Uso Comum do Amazonas, assinada por mais de 25 organizações socioambientais. O documento propõe uma série de medidas, como a publicação de um decreto para a expedição do CDRU e a criação de uma câmara técnica com lideranças comunitárias na SECT. Silvia Elena Moreira, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), reforçou que os TUCs “são uma oportunidade para os territórios não demarcados e que sua implementação beneficiaria tanto as comunidades quanto o governo, ao melhorar a economia e a qualidade de vida nas regiões”.

O evento é uma iniciativa vinculada ao Fórum Diálogo Amazonas e foi promovida pelo Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM), em parceria com o CNS, IEB, a Coordenação Estadual de Articulação de Quilombos no Amazonas (Conaq-AM) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Representantes de vários órgãos do poder público e lideranças comunitárias de territórios tradicionais de Manaus, Barreirinha, Urucurituba, Manicoré, Juruá, Carauari e outros municípios estiveram presentes.



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



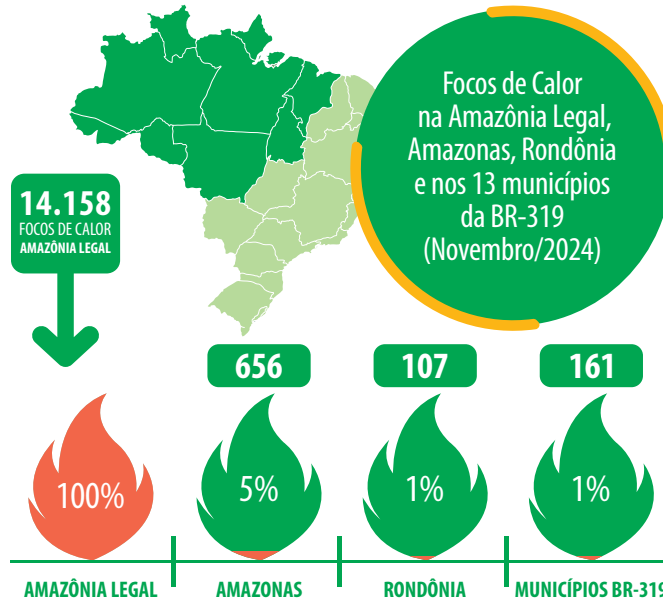
Monitoramento de Focos de Calor

Em novembro de 2024, registrou-se uma redução de aproximadamente 20,6% nos focos de calor na Amazônia Legal em comparação com o mesmo período de 2023, totalizando 14.158 registros. Rondônia apresentou a maior queda percentual, com redução de 89,2%, seguido pelo Amazonas, que registrou diminuição de cerca de 17%. Apesar da redução observada, os números continuam elevados, destacando a necessidade de esforços adicionais para mitigação dos impactos das queimadas na região.

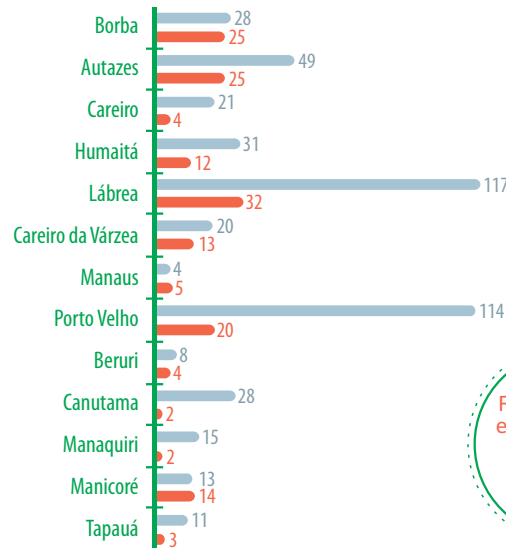
MUNICÍPIOS DA BR-319

Os focos de calor na área de influência da BR-319 também apresentaram uma redução expressiva em novembro de 2024, quando comparados ao mesmo mês de 2023. A quantidade caiu cerca de 65%, passando de 459 para 161 focos. Os municípios com maior concentração de focos foram Lábrea, Borba e Autazes.

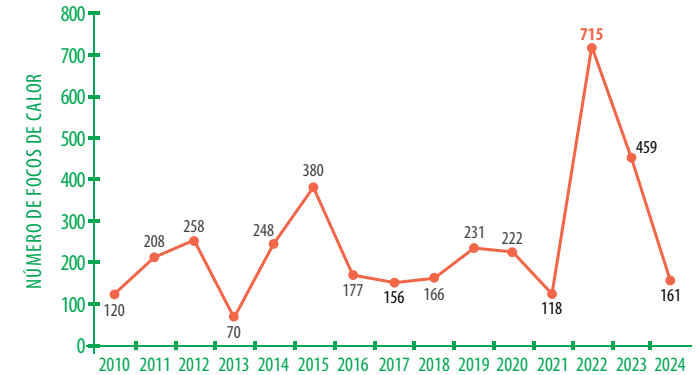
Entre os 13 municípios monitorados, apenas dois registraram aumento nos focos de calor: Manaus e Manicoré. No entanto, os números absolutos desses municípios permaneceram baixos em relação aos demais.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE NOVEMBRO (2010 A 2024)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A NOVEMBRO DE 2023

↑ AUMENTOU

- Manaus (25%)
- Manicoré (8%)

↓ DIMINUIU

- Borba (11%)
- Autazes (49%)
- Careiro (81%)
- Humaitá (61%)
- Lábrea (73%)
- Careiro da Várzea (35%)
- Porto Velho (82%)
- Beruri (50%)
- Canutama (93%)
- Manaquiri (87%)
- Tapauá (73%)

✓ FOCOS DE CALOR ZERO EM NOVEMBRO/2024

- Nenhum município.

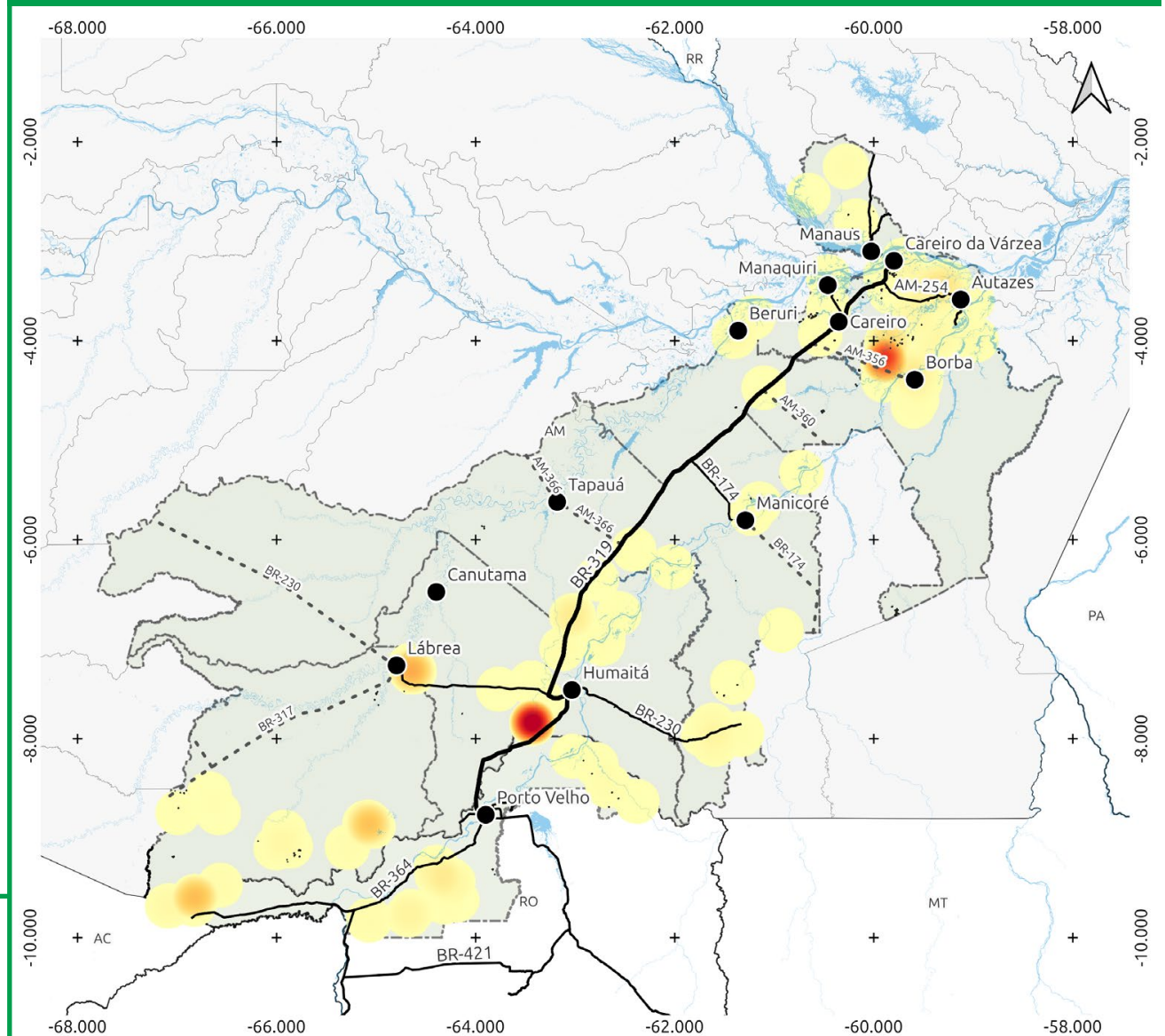


ÁREAS PROTEGIDAS

Entre as Unidades de Conservação (UCs), oito das 42 monitoradas registraram focos de calor em novembro de 2024. O Parna Mapinguari apresentou o maior número, com seis focos. Apesar de ser uma quantidade relativamente baixa, a presença de focos em uma UC de proteção integral é preocupante, pois as queimadas impactam diretamente o ecossistema local e ameaçam a integridade da biodiversidade.

Nas Terras Indígenas (TIs), cinco das 69 áreas monitoradas registraram focos de calor em novembro de 2024, totalizando oito ocorrências. Embora os números sejam reduzidos, é fundamental continuar o monitoramento e a proteção desses territórios, dada sua importância ecológica e cultural. Os dados evidenciam avanços na redução de focos de calor, mas reforçam a necessidade de estratégias mais eficazes para prevenir queimadas, especialmente em áreas sensíveis como UCs e TIs.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Novembro 2024



7%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

19%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS



LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.



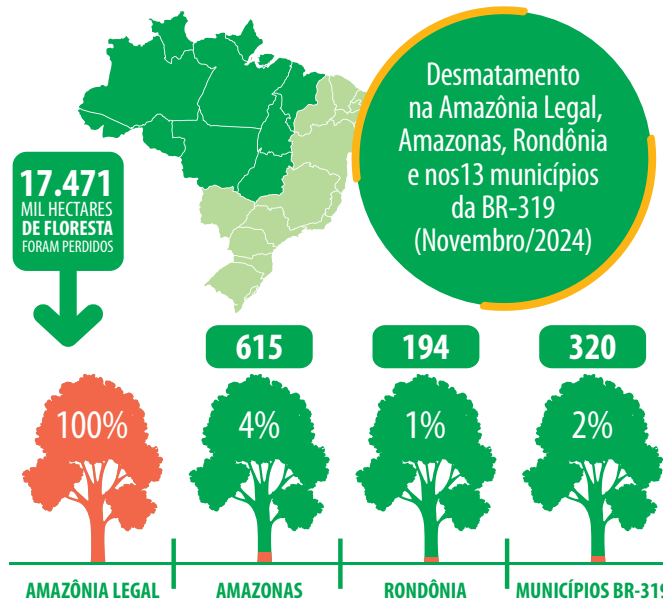
Monitoramento de Desmatamento

Em novembro de 2024, o desmatamento na Amazônia Legal apresentou uma redução de 13,2% em relação ao mesmo período de 2023. O estado do Amazonas destacou-se com uma queda de 56%, enquanto Rondônia registrou uma redução expressiva de 87,2%. Nos municípios sob influência da BR-319, o acumulado mensal de desmatamento também apresentou diminuição significativa, com redução de aproximadamente 66,5%.

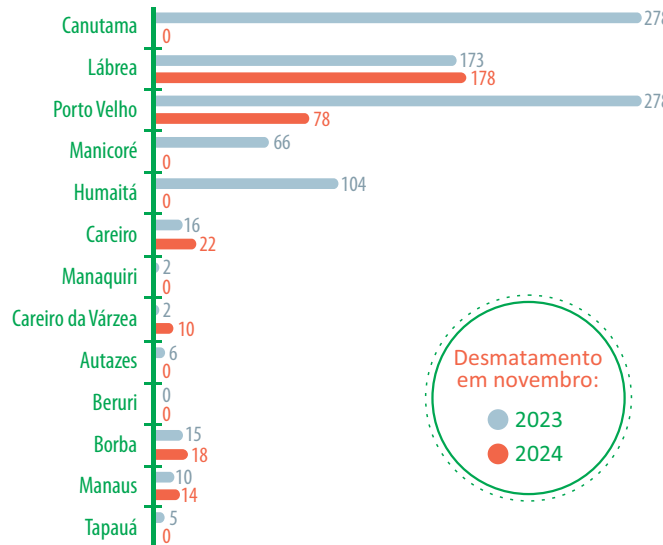
MUNICÍPIOS DA BR-319

Entre os 13 municípios situados na área de influência da BR-319, cinco registraram aumento no desmatamento em novembro de 2024: Lábrea, Careiro, Careiro da Várzea, Borba e Manaus. Lábrea apresentou o maior índice absoluto, com 177 hectares desmatados, mantendo um padrão semelhante ao de 2023, com ligeiro aumento.

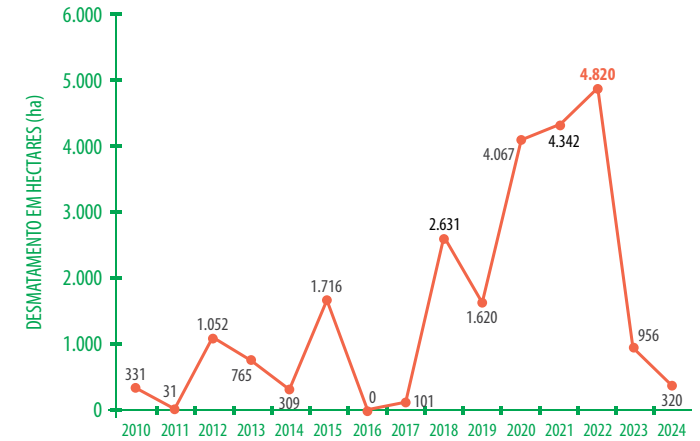
Em contrapartida, os municípios de Canutama, Manicoré, Humaitá, Manaquiri, Autazes e Tapauá registraram redução de 100% no desmatamento. Beruri manteve sua condição de ausência de desmatamento pelo segundo ano consecutivo, com zero registros para novembro tanto em 2023 quanto em 2024.



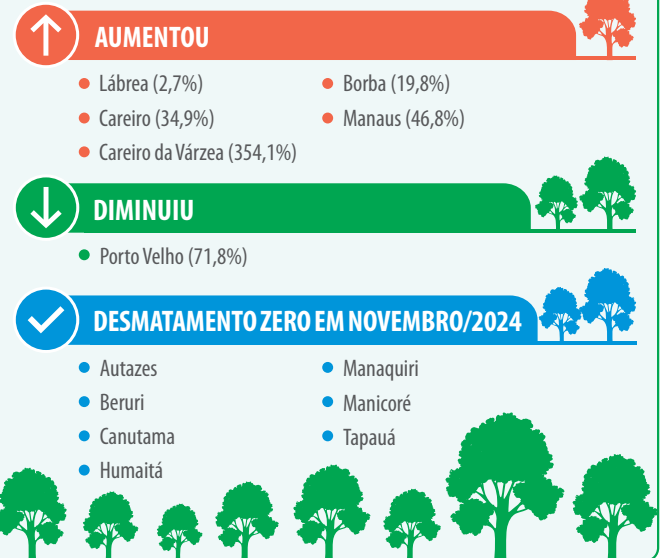
DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE NOVEMBRO (2010 A 2024)



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A NOVEMBRO DE 2023





ÁREAS PROTEGIDAS

Entre as Unidades de Conservação (UCs) monitoradas, nenhuma das 42 áreas registrou desmatamento em novembro de 2024. Este resultado reflete um cenário próximo ao de 2023, quando apenas a Resex Jaci-Paraná e a APA Tarumã/Ponta Negra contabilizaram desmatamento, somando cerca de 23 hectares.

Nas Terras Indígenas (TIs) também não houve registro de desmatamento nas 69 áreas monitoradas durante o período, reforçando a conservação desses territórios.

O monitoramento contínuo é essencial para avaliar a eficácia das políticas públicas e das ações de proteção, além de contribuir para a formulação de estratégias mais eficazes na conservação da Amazônia.

0%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

0%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO



LISTA DE TIs MONITORADAS

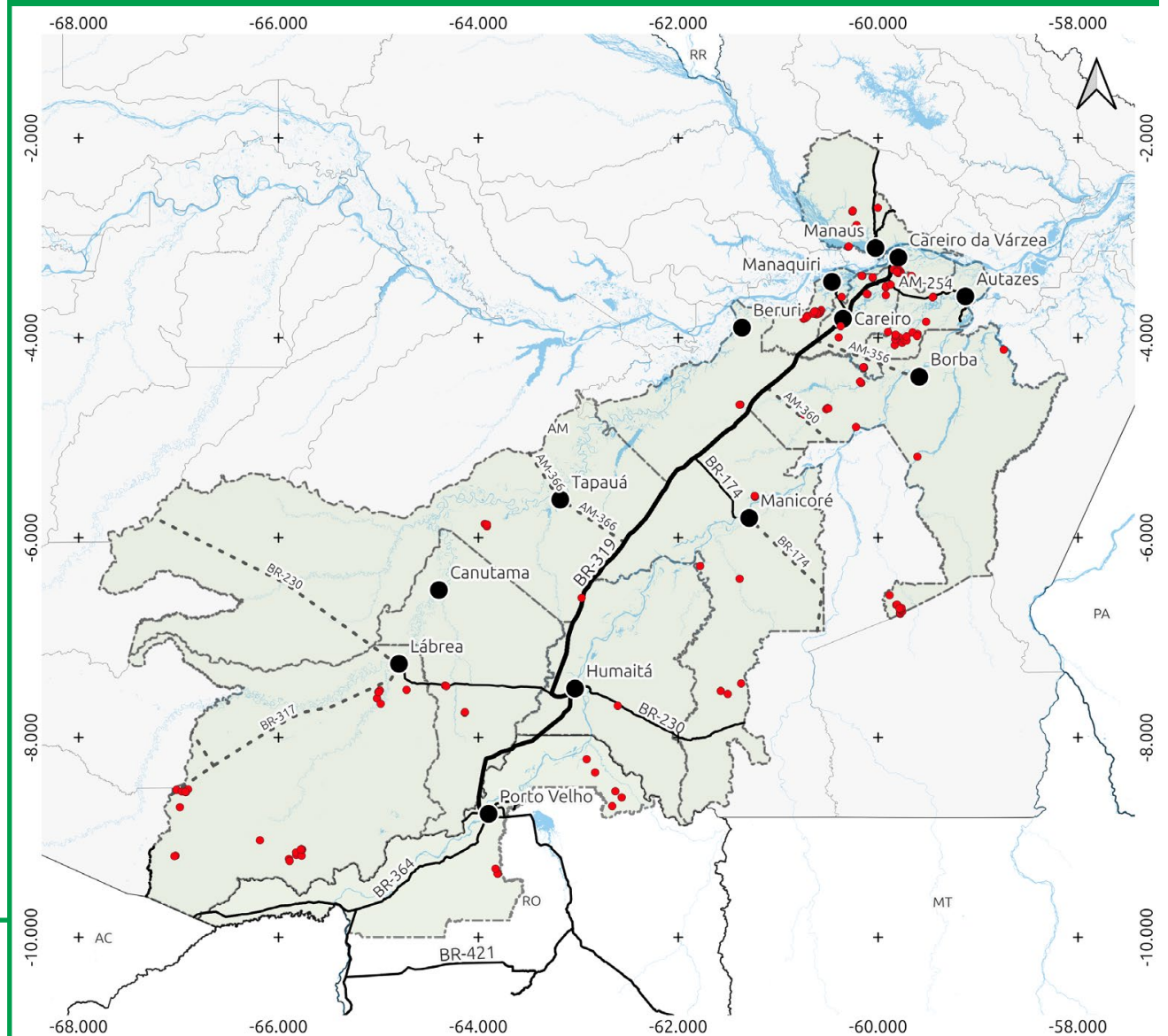


LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Novembro 2024





NESTA EDIÇÃO

Diálogos da BR-319



Foto: Orlando K. Júnior/FAS

MPF pede à Justiça suspensão da emissão e análise de licenças para obras na BR-319 por falta de consulta a indígenas e comunidades tradicionais

O Ministério Público Federal (MPF) acionou a Justiça Federal para impedir o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de analisar ou emitir licenças ambientais para a repavimentação do trecho do meio da BR-319 sem a realização de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e tradicionais impactadas, conforme exige a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Até o momento, esse direito não foi respeitado pelo Ibama e os demais órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental da obra.

Na [Ação Civil Pública \(ACP\) nº 1040310-29.2024.4.01.3200](#), o MPF pede que o Ibama, a União e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) elaborem um plano para



Foto: Weber da Cruz / IEB

mapear as comunidades afetadas em um raio de 40 km da rodovia e criem, em colaboração com essas populações, um plano de consulta que respeite os protocolos já existentes. A ação também solicita que o processo seja tratado como ação estrutural, com mediação judicial e cronograma para assegurar os direitos dessas

comunidades. Caso não haja acordo, o MPF requer a anulação do Termo de Referência da Funai e a aplicação de multa diária por descumprimento.

Além disso, o MPF demanda que a União, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sejam condenados ao pagamento de R\$ 20 milhões por danos morais coletivos, alegando omissão no cumprimento das consultas obrigatórias. Segundo o órgão, a medida é fundamental para proteger populações vulneráveis e preservar áreas estratégicas da Amazônia.

Por outro lado, [a Funai, por meio da Advocacia Geral da União \(AGU\), solicitou o indeferimento da liminar](#). A AGU argumenta que a responsabilidade pela consulta às comunidades recai sobre o empreendedor, no caso, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e não sobre o órgão indigenista.

Texto adaptado do original publicado no site do MPF-AM, [leia na íntegra aqui](#).



Ciência

Descobertas em Humaitá revelam riqueza ecológica ligada à domesticação de plantas na Amazônia

Uma pesquisa liderada por cientistas do Brasil e do Reino Unido destacou a importância de Humaitá, no Amazonas, na história da domesticação de plantas e na interação entre comunidades humanas e florestas.

A investigação, apoiada pelo Governo do Amazonas, via Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), em parceria com o Conselho de Pesquisa do Reino Unido (RCU), buscou compreender como plantas, como mandioca, pupunha, pimenta, urucum, biribá e piquiá, foram domesticadas na bacia do Alto Rio Madeira.

Coordenado por Charles Roland Clement, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o estudo analisou as práticas iniciais de domesticação, como proteção e seleção de espécies. Embora já se soubesse que a mandioca e a pupunha começaram a ser domesticadas no Alto Rio Madeira, novas análises genéticas indicaram que o biribá foi domesticado no oeste da Amazônia, o piquiá no leste, e que apenas o urucum tem origem confirmada no Alto Madeira.



Foto: Charles Roland Clement / Acervo

Em Humaitá, análises da composição florística das florestas próximas a sítios arqueológicos e comunidades indígenas revelaram um padrão fascinante: essas áreas apresentavam maior diversidade de espécies úteis, especialmente frutíferas, em com-

paração a florestas mais distantes. Esse trabalho, liderado por Maria Julia Ferreira no Programa de Pós-Graduação em Botânica do Inpa, contou com a colaboração de comunitários locais, que aprenderam técnicas de inventário florestal para melhor compreender e valorizar seus recursos naturais.

Essas descobertas mostram como a interação humana moldou a paisagem amazônica, criando florestas ricas em biodiversidade útil. Segundo Clement, o estudo não apenas reconta a história da domesticação, mas também aponta caminhos para enfrentar as mudanças climáticas. “Compreender as origens das plantas cultivadas nos permite explorar populações silvestres que podem oferecer vantagens frente aos desafios climáticos atuais”, afirmou.

Esses avanços podem influenciar desde programas de melhoramento genético, como os desenvolvidos pela Embrapa, até novas estratégias de domesticação com critérios inovadores, conectando passado, presente e futuro na gestão de recursos naturais amazônicos.

Texto adaptado do original divulgado pela Fapeam. Leia na íntegra aqui.



Minuto BR

PONTES



O Dnit informou que anunciará em dezembro a nova empresa responsável pela reconstrução das pontes sobre os rios Curuçá e Autaz-Mirim, na BR-319. O contrato anterior, de R\$ 43,3 milhões, com a J. Nasser Engenharia, foi encerrado devido ao descumprimento do cronograma. As pontes desabaram em 2022, causando cinco mortes no caso do rio Curuçá. A substituição visa acelerar as obras, essenciais para a infraestrutura local.



PONTES 2



O presidente da Aleam, Roberto Cidade, voltou a cobrar esclarecimentos do superintendente do Dnit no Amazonas sobre o andamento das obras de reconstrução das pontes desabadas na BR-319. Ele criticou a falta de transparência nos prazos e destacou o impacto negativo para a mobilidade dos municípios afetados,

como Autazes, Careiro da Várzea e Nova Olinda do Norte. A obra, estimada em R\$ 44 milhões, ainda não apresenta avanços claros, e Cidade defendeu a convocação do superintendente para prestar contas na Aleam.

FISCALIZAÇÃO



O governo federal, por meio do Ministério dos Transportes, prepara um sistema de fiscalização permanente para as obras de pavimentação da BR-319. O objetivo é garantir o equilíbrio entre o desenvolvimento da infraestrutura e a preservação ambiental, especialmente em áreas sensíveis da Amazônia. Essa abordagem busca mitigar impactos como o desmatamento e promover uma execução responsável do projeto.



Foto: Divulgação / Dnit



Foto: Divulgação / PF

TAPAUÁ



A Polícia Federal realizou uma operação em 10/12 em Tapauá (AM) para combater grilagem e desmatamento em terras públicas da União. A ação é parte de uma estratégia que investiga a ocupação irregular e o desmatamento de grandes áreas no interior do estado. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão, resultando na coleta de provas contra os suspeitos. Tapauá foi um dos principais alvos devido ao avanço do desmatamento na região. As investigações continuam para identificar outros envolvidos no esquema ilegal, que também pode estar relacionado a crimes ambientais e contra o patrimônio público.

SUSPENSÃO



O MPF pediu urgência à Justiça para suspender as atividades da Potássio do Brasil em Autazes (AM), alegando violações de direitos do povo Mura. As obras avançam sem consulta prévia, invadindo território indígena tradicional e comprometendo sua subsistência e cultura. O órgão busca anular licenças ambientais concedidas irregularmente pelo Ipaam.



Expediente

Coordenação // Marcelo da Silveira Rodrigues

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

Análises e Textos // Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

Revisão // Emanuelle Araújo (Up Comunicação Inteligente); Heitor Paulo Pinheiro (Idesam);

Marcelo da Silveira Rodrigues (Observatório BR-319)

Coordenação de Divulgação // Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

FINANCIAMENTO:

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL



TRANSPARÊNCIA
INTERNACIONAL
Brasil



GREENPEACE

